

# Só a consciência recta e verdadeira é norma válida da actuação humana

## O eterno problema do conhecimento de si mesmo

Queridos filhos e filhas:

Um dos problemas fundamentais que se referem à actividade do homem moderno é o da consciência. Este problema não surgiu precisamente no nosso tempo; é tão antigo como o homem, porque o homem desde sempre se tem interrogado sobre si mesmo. Acerca disto é conhecido o diálogo que um escritor grego da antiguidade (Xenofonte, *Ditor Mem.*, 4, 21) atribui a Sócrates, que pergunta ao seu discípulo Eutidemo: «Diz-me, Eutidemo, já estiveste alguma vez em Delfos?—Sim, duas vezes. Viste a inscrição esculpida no templo: conhece-te a ti mesmo?—Sim.—E desprezaste o aviso ou seguiste-o?—De facto não: é um conhecimento que eu julgava possuir». Daqui a história do grande problema sobre o conhecimento que o homem tem de si mesmo; pensa que já o possui, mas não tem a certeza; problema que sempre atormentará e sempre tornará fecundo o pensamento humano. Recordemos, acima de todos, S. Agostinho, com a sua conhecida oração, síntese da sua alma de pensador cristão: «Que te conheça a Ti, ó Senhor!, e que me conheça a mim» (cfr. *Conf.*, 1, X); e, chegando ao nosso tempo, encontramos sempre incompleto o conhecimento que o homem tem de si mesmo. Quem não ouviu falar do livro de Carrel: «O homem, esse desconhecido»? (1934). E não se afirma hoje que «existe uma revolução no conhecimento do homem»? (*Oraison*).

## Primazia da consciência na actividade humana

O que nos interessa, neste breve e familiar diálogo, é observar como o homem moderno (e sob esta denominação todos nos sentimos incluídos) está, por um lado, cada vez mais extrovertido, isto é, ocupado fora de si mesmo; o activismo dos nossos dias e o predomínio do conhecimento sensível e das comunicações sociais sobre a actividade interior torna-nos tributários do mundo exterior e diminui notavelmente a reflexão pessoal e o conhecimento dos pro-

blemas relativos à nossa vida subjectiva; estamos distraídos (cfr. Pascal, 11, 144), vazios de nós mesmos e cheios de imagens e de pensamentos que, de si, nos não afectam intimamente. Por outro lado, em troca, como por uma instintiva reacção, metemo-nos em nós mesmos, pensamos nos nossos actos e nos factos da nossa experiência, reflectimos acerca de tudo, tentamos conseguir uma consciência acerca do mundo e acerca de nós mesmos. A consciência tem, de certa maneira, uma supremacia, pelo menos valorativa, na nossa actividade.

### **A consciência, luz e guia da conduta humana**

O reino da consciência expraia-se, diante da nossa consideração, com dimensões muito amplas e complexas. Simplifiquemos esse panorama imenso em dois campos distintos: existe uma consciência psicológica, que reflecte acerca da nossa actividade pessoal, qualquer que seja; é uma espécie de vigiância sobre nós mesmos; é um observar no espelho a nossa própria fenomenologia espiritual, a própria personalidade; é conhecer-se, e de certo modo chegar a ser dono de si mesmo. Mas agora não falamos deste campo da consciência; falamos do segundo, o da consciência moral e individual, isto é, da intuição que cada um tem da bondade ou da malícia das suas acções. Este campo da consciência tem muito interesse mesmo para aqueles que o não põem, como nós, que somos crentes, em relação com o mundo divino; mais ainda, constitue o homem na sua expressão mais elevada e mais nobre, define a sua verdadeira estatura, situa-o no uso normal da sua liberdade. Agir segundo a consciência é a norma mais arriscada e, ao mesmo tempo, a mais autónoma da acção humana.

### **Apologia da consciência moral**

A consciência, na prática das nossas acções, é o juízo sobre a rectidão, sobre a moralidade dos nossos actos, tanto se os consideramos no seu evoluir habitual como na singularidade de cada um deles.

Agora não teríamos que fazer outra coisa que não fosse a apologia da consciência; bastaria recordar o que sobre tal tem ensinado a Igreja nos últimos tempos; por exemplo o Papa Leão XIII, na sua encíclica dedicada à liberdade (cfr. Deuz-Schoen. n. 3.245 e ss.) e o recente Concílio («Gaudium et Spes», n. 16; Dign. hum., nn. 3 e 11), e bastaria recordar quanto os mestres do espírito recomendam às pessoas que desejam aperfeiçoar-se o exercício do exame de consciência: certamente, todos os que nos estão ouvindo, o sabem; e Nós não faremos mais que animá-los à fidelidade a esse exercício, que corresponde não somente à disciplina da ascese cristã, mas também ao caracter da educação pessoal moderna.

## **A consciência é uma norma interior e superior**

Temos que fazer uma observação sobre a supremacia e a exclusividade que hoje se pretende atribuir à consciência como guia da consciência humana. Ouve-se frequentemente repetir, como um aforisma indiscutível, que toda a moralidade do homem deve consistir no seguimento da sua própria consciência; e afirma-se tal, não só para emancipá-lo das exigências duma norma extrínseca, mas também do reconhecimento duma autoridade que procura dar leis à livre e espontânea actividade do homem, o qual deve ser a lei de si mesmo, sem o vínculo de outras intervenções nas suas acções. Não diremos nada de novo a quantos encerram neste critério o âmbito da sua vida moral, visto que ter por guia a própria consciência não é só uma coisa boa, mas também justa. Quem age contra a consciência está fora do recto caminho (cfr. Rom., 14, 23).

## **A consciência não é o árbitro supremo da moralidade**

Mas é necessário, antes de mais, sublinhar que a consciência, por si mesma, não é o árbitro do valor moral das acções que ela sugere. A consciência é a intérprete duma norma interior e superior; não é ela que a cria. Está iluminada pela intuição de determinados princípios normativos, conaturais à razão humana (cfr. S. Tomás, 1, 79, 12 e 13; I-II, 94, 1); a consciência não é a fonte do bem e do mal; é o aviso, é escutar uma voz, que se chama precisamente a voz da consciência; é a lembrança da conformidade que uma acção deve ter com uma exigência intrínseca do homem, para que o homem seja verdadeiro e perfeito. É a intimação subjectiva e imediata duma lei, a que temos que chamar natural, apesar de muitos hoje já não quererem ouvir falar de lei natural.

Nã é em relação com esta lei, entendida no seu significado autêntico, que nasce no homem o sentido de responsabilidade? E com o sentido da responsabilidade, o da boa consciência e do mérito, ou, pelo contrário, do remorso e da culpa? Consciência e responsabilidade são termos reciprocamente relacionados.

Em segundo lugar, para ser norma válida do agir humano, tem que ser recta, isto é, tem que estar segura de si mesma, e verdadeira, não incerta, nem culpavelmente errónea. O que, desgraçadamente, é muito fácil que suceda, tendo em conta a debilidade da razão humana abandonada a si mesma, quando não está instruída.

## **Necessidade de instruir e formar a consciência**

A consciência tem necessidade de formar-se. A pedagogia da consciência é necessária, como é necessário para todo o homem, o ir crescendo interiormente, já que realiza a sua vida num quadro exterior demasiado complexo e

exigente. A consciência não é a única voz que pode guiar a actividade humana; a sua voz torna-se mais clara e mais forte quando a ela se junta a da lei e a da legítima autoridade. A voz da consciência nem é sempre infalível, nem objectivamente suprema. E isto é especialmente verdade no campo da acção sobrenatural, no qual a razão não pode por si mesma interpretar o caminho do bem, e tem que valer-se da fé para ditar ao homem a norma da justiça querida por Deus mediante a revelação: «O homem justo, — diz S. Paulo — vive da fé» (Gal., 3, 11). Para avançar rectamente, quando se caminha de noite, isto é, se se avança no mistério da vida cristã, não bastam os olhos, é necessária a lâmpada, é necessária a luz. E esta «luz de Cristo» não deforma, não contradiz a luz da nossa consciência, mas antes fornece-lhe a claridade e capacita-a para o seguimento de Cristo no recto caminho do nosso peregrinar para a visão eterna.

Por conseguinte: procuremos agir sempre com a consciência recta e forte, iluminada pela sabedoria de Cristo, com a nossa Bênção Apostólica.

(Texto italiano em «L'Osservatore Romano», 13 de Fevereiro de 1969).

ACABA DE SAIR O LIVRO POR TODOS ESPERADO

# SINOPSE

Documentos Conciliares

VATICANO II

Em pouco tempo pode encontrar o pensamento  
do Concílio sobre o tema que tenha em vista



Uma iniciativa do Secretariado Nacional do Apostolado  
da Oração e da Livraria Apostolado de Imprensa